

Blandina Alves Torres: precursora da educação inclusiva no Estado do Pará

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França¹ 

0000-0002-6974-2606

Adriene Suellen Ferreira Pimenta¹ 

0000-0002-2641-993X

Cibele Braga Ferreira Nascimento¹ 

0000-0002-7106-3645

¹Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil. 660505-40 - ppged@br

²Secretaria de Educação do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil. 66820-000 –
escolacristadobengui@gmail.com

³Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. 66075-110 - ffto@ufpa.br



Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação da educadora Blandina Alves Torres com crianças e adolescentes excepcionais, no estado do Pará, nos anos de 1950 a 1970. Trata-se de pesquisa histórica que tem como fontes entrevista, matérias de jornal, livros e teses. A educadora contrapôs-se à concepção vigente na sociedade paraense de que essas crianças e adolescentes não podiam aprender, bem como conviver socialmente. Blandina considerava-os sensíveis, criativos e habilidosos para desenvolver as mais diversificadas atividades. Com este pensamento, foi a primeira professora do estado do Pará a participar do Curso de Excepcional na Sociedade Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro (1953), sendo uma vanguardista no desenvolvimento da educação inclusiva no Pará.

Palavras-chave: Blandina Alves Torres; história da educação; educação inclusiva.

Blandina Alves Torres: pioneer of inclusive education in the state of Pará

Abstract: This work aims to analyze the practice of Blandina Alves Torres teacher with exceptional children and adolescents, in the State of Pará, in the years 1950 to 1970. It is about historical research that has its sources interviews, newspaper materials, books, and theses. The teacher opposed the current conception in Pará society that these children and adolescents were unable to learn, as well as live socially. Blandina considered those sensitive, creative and skilled to develop the most diverse activities. With this thought, she was the first teacher in the State of Pará who took the Exceptional Course at Pestalozzi Society of Brazil, in Rio de Janeiro (1953), being a vanguardist of development of inclusive education in Pará.

Keywords: Blandina Alves Torres; history of education; inclusive education.

Blandina Alves Torres: pionera de la educación inclusiva en el estado de Pará

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo analizar la práctica de la maestra Blandina Alves Torres con niños y adolescentes excepcionales, en el Estado de Pará, en los años 1950 a 1970. Se trata de una investigación histórica que tiene como fuentes entrevistas, materiales periodísticos, libros y tesis. La maestra se opuso a la concepción actual en la sociedad paraense de que estos niños y adolescentes no podían aprender, así como vivir socialmente. Blandina los consideraba personas sensibles, creativas y capacitadas para desarrollar las más diversas actividades. Con este pensamiento, fue la primera maestra en el Estado de Pará que realizó el Curso Excepcional en la Sociedad Pestalozzi de Brasil, en Rio de Janeiro (1953), siendo una vanguardista del desarrollo de la educación inclusiva en Pará.

Palabras clave: Blandina Alves Torres; historia de la educación; educación inclusiva.

Introdução

No estado do Pará, as primeiras instituições criadas para atender crianças com deficiência no século XX foram destinadas para cegos, surdos e deficientes intelectuais. A de cegos foi fundada em 1953 e teve sua origem em um curso realizado pelas professoras Nazaré Cristo Barbosa Nascimento e Adiles Araci Alves Monteiro, no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. As professoras, ao retornarem para Belém, deram início ao trabalho com crianças cegas. Elas criaram um curso para atendimento dessas crianças no Instituto Lauro Sodré, na capital do estado do Pará, Belém (José Bentes; Maria Cristina Hayashi, 2012).

Notícia veiculada no jornal *A Província do Pará*, em 27 de junho 1955, permite inferir que a criação desse curso foi iniciativa dessas professoras. Com o título “Em Belém um Professor do Instituto de Cegos”, o texto informa que o Sr. Francisco José da Silva, do Instituto Benjamin Constant, do Rio de Janeiro, encontrava-se na capital do Pará para lançamento de uma campanha para a educação de cegos. Esteve o professor na redação do jornal com as professoras que criaram o respectivo curso. Destaca o periódico que, anexo ao Instituto Lauro Sodré, já se encontrava em funcionamento um curso para cegos e que, no dia 13 de agosto, seriam abertas novas matrículas para esse curso. Cabe “aos poderes públicos incentivarem tão magna iniciativa que tiveram as senhoras de nossa sociedade que criaram e dirigem esse curso, dando-lhes o necessário para que o exemplo se multiplique” (*A Província do Pará*, 1955, p. 8-3).

A Escola de Surdos-Mudos¹ “Professor Astério de Campos”, criada em 1960, originou-se também da participação de seis professoras de um curso realizado no Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, no período de 1957 a 1961. Dessas seis professoras, Cornélia Raiol Nunes Maciel e Geni Gabriel Amaral se destacaram ao retornar a Belém em 1958, por darem início à educação de crianças surdas. Essas mulheres tiveram papel decisivo na fundação dessa instituição de ensino. A professora Cornélia Raiol Nunes Maciel foi Coordenadora da Campanha de Educação de Cegos na Região Norte, nos anos de 1959 a 1966, tendo obtido apoio do governo federal para o funcionamento da escola (José Bentes; Maria do Perpétuo Socorro França, 2015).

Foram várias as professoras que foram ao Rio de Janeiro em busca de formação para trabalhar com crianças cegas e surdas por meio de recebimento de bolsas do Instituto Nacional de Ensino Pedagógico (INEP). Figura nesse cenário Blandina Alves Torres, que também se dirigiu ao Rio de Janeiro, em 1953, com bolsa de estudos para realizar um curso sobre a educação de excepcionais na Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Os conhecimentos adquiridos nessa instituição foram fundamentais para que Blandina fosse precursora na implementação da instrução e educação de crianças e adolescentes excepcionais, com a criação do Curso Pestalozzi, que precedeu a Fundação Pestalozzi do Pará, quando do seu retorno a Belém, em 1954.

Segundo Esther Barbosa e Adriana Borges (2025), o uso do termo “excepcionalidade” sempre esteve presente na *Revista Criança Excepcional*, publicada em Minas Gerais entre os anos de 1933 a 1979. No entanto, a definição de excepcional foi publicada em 1937. As crianças excepcionais compreendiam aquelas que, pela sua natureza e condições de vida, não apresentavam o desenvolvimento “necessário para crescer sadias, física e moralmente, na família, na escola, na sociedade” (Antipoff, 1937 *apud* Barbosa; Borges, 2025, p. 15).

Blandina formou-se professora normalista e especializou-se na educação do excepcional quando exerceu cargos importantes na Secretaria de Educação do Estado do Pará e na Fundação Pestalozzi do Pará; posteriormente, em 1979, formou-se em psicologia e licenciou-se em pedagogia no ano de 1985; especializou-se em análise do comportamento, em 1994; e concluiu o mestrado acadêmico em ciências da educação – Docência Universitária, em 2001, com o diploma reconhecido em 2007, atuando desde 1998 na docência no ensino superior na Universidade do Estado do Pará.

Sua trajetória permite considerá-la como uma polímata, na perspectiva de Peter Burke (2020), que define um polímata como uma pessoa multifacetada, que supera ideias e conceitos já postos; inova e atua, torna-se relevante e destaca-se em seu campo de conhecimento.

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte problemática: como se deu a atuação da educadora Blandina Alves Torres com crianças e adolescentes excepcionais, no estado do Pará, nos anos de 1950 a 1970? A fim de respondê-la, estabeleceu-se como objetivo analisar a atuação dessa educadora com crianças e adolescentes excepcionais, no estado do Pará, nesse recorte temporal.

Para compreender esse processo, utilizou-se a pesquisa histórica, que teve como fontes entrevista de Torres (2009), matérias do jornal *Folha do Norte* (1954; 1956) e *A Província do Pará* (1955), as atas da Fundação Pestalozzi (1988), entre outras. Essas fontes possibilitaram compreender a atuação de Blandina Alves Torres no campo da educação de crianças e

¹ Esta denominação não é utilizada atualmente por compreender que os surdos possuem linguagem própria, ou seja, não são “mudos”. Entretanto, para respeitar a fonte documental, o termo original está destacado neste estudo.

adolescentes excepcionais no Pará. A escolha do período histórico deveu-se ao fato de ser o momento de criação e implantação da educação de excepcionais nessa região do país.

A entrevista de Blandina, aqui analisada, foi realizada no âmbito da pesquisa “Memória de Mestre: Belém antiga em narrativas de professores de educação básica”, desenvolvida em 2009 pelo grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas (CUMA), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, liderado pela professora Josebel Akel Fares, que cedeu a entrevista. Em relação aos jornais, foram utilizadas matérias dos jornais *Folha do Norte*, de 1954 e 1956, e *A Província do Pará*, de 1955, localizados no setor de microfílm da Biblioteca Arthur Vianna do Centro Cultural do Pará (Centur), em Belém do Pará.

As atas analisadas neste artigo constam na obra *Fundação Pestalozzi do Pará: A Educação especial no processo de integração social*, de Miguel Evangelista Cruz, publicada em 1988. No livro, além das atas, há uma série de fontes documentais como imagens, fluxogramas, organogramas, poemas e a narrativa de alguns fatos históricos. O exemplar foi encontrado na seção *Amazônia* da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará, em Belém.

Este artigo compreende uma organização apresentada em três partes. Na primeira, “Blandina: traços biográficos de uma educadora polímata”, abordam-se aspectos de sua trajetória, concebendo-a como uma polímata ativa na perspectiva de Burke (2020), a qual, em meio à pobreza e ao enfrentamento do patriarcalismo, desenvolveu um importante papel voltado para a educação especial no Pará, tornando-se precursora nesse campo. Na segunda parte, “Cursos de Blandina Alves Torres na Sociedade Pestalozzi do Brasil”, delinea-se a sua participação no curso que realizou na Sociedade Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro. E na terceira parte, “Atuação da professora Blandina Alves Torres na Fundação Pestalozzi do Pará”, apresenta-se a instituição que ajudou a fundar, bem como sua atuação como professora, coordenadora e diretora técnica da Fundação Pestalozzi do Pará.

Traços biográficos de uma educadora polímata

As mulheres sempre foram sujeitos da história. Mesmo assim, foram impedidas durante muito tempo de conhecer e interpretar a sua história e a dos homens. Elas “foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis” e privadas da educação (Gerda Lerner, 2019, p. 25). Blandina Alves Torres, filha de pais nordestinos, nasceu na Vila de Cafezal, localizada no município de Magalhães Barata, no Pará, em 21 de abril de 1931. Ao se rememorar sua infância nesta vila, destaca-se que tinha dez irmãos e que morava em uma casa ampla e arejada. Seus pais, acreditando que a vida na cidade poderia ser melhor do que no interior para seus filhos estudarem, resolveram vender sua residência para morar em Belém. A mãe, principalmente, via na educação uma forma de trilhar um caminho diferente do que estava previsto para seus filhos na Vila de Cafezal, cujo destino era constituir família e cuidar das terras do pai, que era agricultor (Torres, 2009).

A viagem de barco em direção a Belém durou oito dias. A nova morada era de palha, com poucos espaços para acomodar a família. Não tinha como não sentir saudades da antiga casa, ressalta Blandina, pois, nos finais de semana, o “pai se sentava numa rede, nós nos sentávamos, colocávamos uma esteira, em vez de um tapete, era esteira, sentávamos ali e ele contava histórias, depois rezava” (Torres, 2009 *apud* Roseane Farias, 2019, p. 127).

Com a morte do pai, seus irmãos tiveram que trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Blandina relatou que sua família passou por dificuldades financeiras, mas que sua mãe buscou manter seus irmãos na escola por acreditar que, dessa forma, poderiam ter maiores chances de sobreviver. Ao rememorar sua vida e seu desejo de ser professora normalista, destaca:

Eu estudei com muita dificuldade em virtude de ter sido órfã de pai. Assim que nós chegamos aqui em Belém vindo do interior, um ano depois o papai faleceu. Então foi com uma dificuldade muito grande, uma penúria muito grande. Eu estava fazendo, naquela época se chamava de curso primário, não era nem fundamental. E eu me destacava sempre nas turmas. [...]. Eu disse que queria ser professora, e queria mesmo, a verdade era essa, eu amava pensar que eu seria professora. Então eu só podia entrar no Instituto de Educação com a vontade de vencer, então pra mim, era como se fosse uma obrigação, na minha cabeça, de estudar, dar o melhor de mim. Eu me lembrava do papai, ele dizia: - Nós deixamos tudo que nós tínhamos no interior, aquela casa enorme, os terrenos que nós tínhamos, o sítio que produzia [...]. Então aquelas coisas todas que eu conquistei no Instituto de Educação pra mim não me obrigava[m], eu estudava sozinha, sem livros, copiando, emprestando o livro dos colegas porque eu não podia comprar. Eu gostava das aulas práticas, eu tinha um desempenho excelente. Então eu fazia força pra ser uma boa aluna, para ter a inteligência que eu tinha. Eu me esforcei muito, estudava de madrugada, de noite. Então eu fiquei com esse costume de estudar (Torres, 2015 *apud* Nascimento, 2018, p. 125-126).

Vir para a capital, Belém, e ter acesso ao ensino possibilitou a Blandina desenvolver outros interesses, habilidades e realizações. Para Burke (2020, p. 262), “os interesses, habilidades e

realizações dos polímatas também são moldados pela educação e pelo ambiente à época em que vivem”.

Na capital paraense, formou-se professora normalista em 1951, no Instituto de Educação do Pará (IEP). Isso possibilitou dar início à sua carreira de educadora. Formou-se psicóloga (1979) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), o que lhe permitiu ampliar seus conhecimentos para trabalhar com crianças e adolescentes excepcionais. Ao dar continuidade ao seu processo formativo nessa universidade, concluiu o curso de pedagogia (1985).

Casou-se aos 24 anos, com João Queiroz de Souza, que não queria que ela fizesse um curso superior. Enfatiza Blandina que seu esposo não permitia que ela frequentasse um cursinho preparatório para prestar o vestibular (Torres, 2009). Assim, percebe-se que ela foi uma transgressora, pois, diante da vontade do marido, encontrou formas de estudar para passar no vestibular, comprando apostilas para “estudar em casa sozinha” (Torres, 2009, p. 9).

Foi assim que conseguiu se formar em psicologia, mesmo entrando na universidade aos 40 anos, considerada à época uma idade tardia: “Passei com quarenta anos, me casei aos 24 anos, foi muito importante pra mim, mas também muito massacrante, sabe?! Porque eu gostava muito de estudar [...]” (Torres, 2009, p. 9).

Após formar-se professora, Blandina lecionou em diferentes esferas do ensino em Belém. Sobre isso, afirmou: “como professora [...] trabalhei Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Superior” na Universidade do Estado do Pará (Torres, 2009, p. 8).

Tinha uma concepção de educação que considerava o aluno como sujeito da aprendizagem, uma vez que buscava ensinar de maneira que o conhecimento fosse significativo para eles. Assim, “procurava ter uma visão diferente de ensino, eu procurava dar aula sempre com essa visão de passar para o aluno um conhecimento significativo [...]” (Torres, 2009, p. 8).

Com uma visão global do ensino, Blandina buscava trabalhar de forma transversal as disciplinas que ministrava. Segundo Torres (2009), essa forma de trabalhar era diferente da que predominava à época, em que os conteúdos eram ensinados de forma isolada. No trecho a seguir, Blandina relata sua maneira de ensinar.

Eu contava pros meus alunos como uma história e depois eu fazia um resumo daquilo, mas fazendo com que eles se interessassem, procurava fazer de uma forma diferente, eu sempre tive ideia de globalização, por exemplo, pegar aquela história que eu estava contando e já tentar fazer a aula de português, [...] naquela época era diferente isso, as pessoas não faziam isso, história era história, geografia era geografia, português era português e matemática era matemática, mas eu sempre tive ideia de globalização (Torres, 2009, p. 8).

Entretanto, foi após realizar o Curso Normal – como bolsista do Instituto Nacional de Ensino Pedagógico (INEP), pelo qual viajou para o Rio de Janeiro, em 1953, para cursar o que denominou de “curso pós-médio” na Sociedade Pestalozzi do Brasil –, que sua causa e militância pela educação inclusiva ganharam espaço na mídia local. O que resultou em uma entrevista em um dos principais veículos de comunicação do Pará, o jornal *Folha do Norte*, que foi publicada no dia 3 de janeiro de 1954. Tornou-se, assim, a primeira professora do estado do Pará a realizar esse curso, que somado a seu engajamento e militância em favor da educação inclusiva contribuiu para que, em 1958, fosse criada a Fundação Pestalozzi do Pará.

Como uma polímata ativa, Blandina foi uma “projetora” (Burke, 2020, p. 46), que traçou plano e colocou em prática ideias que tinham como objetivo transformar o campo da educação especial no estado do Pará, propondo uma educação inclusiva que retirava da invisibilidade e das margens crianças com deficiência intelectual para colocá-las como protagonistas e na pauta das discussões do cenário educativo paraense. Nesse sentido, Blandina tornou-se precursora ao se contrapor à ideia hegemônica e naturalizada de que tais crianças eram incapazes e deveriam ficar fora dos espaços de escolarização e sociabilidade.

Sua imersão na educação inclusiva foi precedida pela sua participação no curso realizado pela Sociedade Pestalozzi do Brasil, que lhe possibilitou transgredir e abrir precedentes para superar os conceitos e as concepções relacionadas a essas crianças.

Blandina, como uma polímata ativa, materializou suas ideias e concepções ao criar, juntamente com Palmira Pureza, Hilda Vieira, Margarida Schiwassapa, João Queiroz de Souza, Dorvalino Frazão Braga e José Maria Bittencourt Alves da Cunha, o Curso Pestalozzi do Pará, instituição que oferecia serviço educacional e assistencial (incluindo o médico) às crianças excepcionais. Isso foi um grande feito para a época, pois até então não havia no estado do Pará uma instituição que aliasse serviços educacionais a assistenciais voltados para crianças excepcionais (Cibele Nascimento, 2022).

Blandina, mais que uma “mulher de letras”, foi uma multifacetada polímata ativa (Burke, 2020), uma vez que se posicionou, produziu, militou, formou professores e pesquisadores, bem como criou e administrou uma instituição voltada para a inclusão de alunos excepcionais. Ela viveu em um período em que as mulheres, mesmo no bojo dos acontecimentos históricos, ainda

eram excluídas e invisibilizadas, principalmente no campo do saber, das tomadas de decisões políticas e intelectuais da sociedade (Evelyn Orlando, 2021).

Cursos de Blandina Alves Torres na Sociedade Pestalozzi do Brasil

Indícios para a educação de crianças com deficiência no estado do Pará figuram no Regulamento do Ensino Primário de 1934, expedido pelo capitão interventor, Magalhães Barata, em 8 de janeiro desse mesmo ano. Esse documento estabelece que o ensino primário público de letras, obrigatório, gratuito e leigo, compreende os cursos infantil, primário e especial. O infantil, ministrado no jardim de infância para crianças de 4 a 6 anos; o primário compreendia um curso integral – de cinco anos, ofertado nos grupos escolares para as crianças de 7 a 14 anos –, o elementar – de três anos, ministrado nas escolas reunidas, isoladas e auxiliares – e o popular – de três anos, ofertado em escolas noturnas; e o especial, destinado aos “débeis orgânicos” e “retardados pedagógicos”, ofertado nos grupos escolares enquanto não houvesse um prédio apropriado (Pará, 1934).

Esse regulamento não faz referência à duração do curso especial e às idades das crianças e não explicita quem seriam os “débeis orgânicos” e “retardados pedagógicos”. Pode-se inferir que os primeiros poderiam ser crianças com deficiência física e sensorial (surdez e/ou cegueira) e os segundos aqueles que apresentavam dificuldades de aprendizagem e/ou deficiência intelectual, incluindo os excepcionais.

O Regulamento do Ensino Primário de 1934 criou as classes do ensino especial, estabelecendo que devem ser lugares de artes, conforto e alegria. Nelas o trabalho deveria ser terapêutico e a atuação do inspetor médico escolar constante, para cuidar da saúde dos “anormais”, contribuindo com o seu desenvolvimento escolar. A educação deveria ser individual e confiada a professoras primárias que possuísem preparo pedagógico especializado, auxiliadas pelo inspetor médico. No grupo escolar em que funcionaria uma classe especial, seria criado um gabinete de psicologia experimental para realização de pesquisas, diagnóstico e tratamento dos “débeis” e “retardados”. Para classificá-los, seriam utilizados testes psicológicos.

A criação de instituições pelo poder público para instruir e educar crianças e adolescentes “anormais” se fez presente em vários estados brasileiros. Nesse cenário, figura o estado de Minas Gerais, um dos precursores da educação especial no País. Nesse estado, pelo Decreto n. 7.970 A, de 15 de outubro de 1934, o governador, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, aprovou o Regulamento do Ensino Primário, expedido por Francisco Campos, Secretário do Estado dos Negócios do Interior. Na parte II desse documento, “Das escolas para débeis orgânicos e para retardados pedagógicos”, no Capítulo I, “Das classes especiais para débeis orgânicos”, estabeleceu-se que o governo deveria criar classes para débeis orgânicos nas cidades em que a frequência escolar justificasse essa medida. As classes seriam destinadas às crianças em idade escolar consideradas débeis constitucionalmente, como também por enfermidade e desnutrição.

Essas classes seriam instaladas em edifícios próprios, localizados em chácaras distantes dos centros populosos, contendo salas de aula para as classes, salas para administração, dispensários médicos, refeitório, banheiros, sanitários, cozinha, copa, despensa, pátios para recreios e varanda para o descanso. As escolas para débeis contariam com diretores, professores, enfermeiros, cozinheiros e serventes. Os conhecimentos ministrados aos alunos seriam os mesmos das escolas ordinárias, mas, na sua execução, atenção especial deveria ser dada à saúde deles.

No Capítulo II, “Das classes para retardados pedagógicos”, as classes para os alunos retardados se destinavam à instrução e à educação de crianças que, devido a um defeito congênito ou adquirido, apresentavam dificuldades de aprendizagem. São consideradas retardadas as crianças com menos de 12 anos que, durante três anos consecutivos, não conseguissem ser promovidas nos estudos, bem como as que, nessa idade, se apresentassem fisicamente inaptas, com dificuldades de atenção e instabilidade mental e emocional.

Os alunos assim classificados seriam submetidos a testes psicológicos com a finalidade de verificar seu quociente de inteligência, devendo ser submetidos a exames médicos para verificar se possuíam defeitos orgânicos que pudessem ser tratados por meio terapêuticos. As classes poderiam funcionar em escolas mantidas pelo poder público estadual. O programa das classes especiais compreendia linguagem escrita e oral, cálculo, desenho, trabalhos manuais, jogos, exercícios físicos e corretivos; exercícios de ortopedia mental, recomendados por Binet.

Para Francisco Campos, cabe à escola primária preparar a “criança para viver em sociedade, devendo servir de instrumento para aperfeiçoar as futuras gerações [...] o lugar de cada indivíduo na sociedade deveria ser determinado pelas motivações pessoais e pelas qualidades individuais” (Heulalia Rafante, 2011, p. 57-58). A biologia e a psicologia se constituíam nos conhecimentos científicos necessários para se conhecer as crianças e para a organização da escola em classes homogêneas, bem como em classes especiais para as crianças que apresentassem “algum retardo em comparação a outras crianças da mesma idade” (Rafante, 2011, p. 58). Uma vez definida a base científica de organização da escola e garantida uma

base comum para os alunos, caberia à própria instituição distribuí-los na sociedade de acordo com suas aptidões naturais, realizando, assim, uma obra de justiça social.

No estado do Pará não se tem notícias da implantação das classes especiais nos grupos escolares nos anos de 1934 a 1950. Nas mensagens de governos² dos anos de 1953 e 1959, há referências de concessão de bolsas de estudos pelo Instituto Nacional de Ensino Pedagógico (INEP) a orientadores educacionais e professores primários para realizarem cursos fora do estado e que, ao finalizarem seus estudos, em seu retorno, colocassem em prática os conhecimentos adquiridos. Esses documentos não trazem os nomes das professoras contempladas com as bolsas e os critérios de concessão, mas apresentam os nomes dos cursos e as cidades de realização.

O governador Alexandre de Assunção destacou que três professoras primárias foram contempladas com bolsas de estudo do INEP para realizarem cursos de educação rural: uma na Escola Alberto Torres, em Recife, e duas na Escola Rural do Rosário, em Belo Horizonte, em 1953 (Pará, 1954). Em 1958, o governador Joaquim de Magalhães Barata informou que outras “bolsas foram concedidas, inclusive no Instituto de Surdos e Mudos, no Rio de Janeiro, com as vantagens integrais, passagens aéreas e ajuda de custo” a professores primários e orientadores educacionais (Pará, 1959, p. 70).

Em 1940, foi fundada por Helena Antipoff a Escola Rural Fazenda do Rosário para receber meninos excepcionais de Belo Horizonte, atendidos pela Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Essa intelectual teve um papel importante na história da educação especial não somente em Minas Gerais (berço da Reforma Francisco Campos, que fortaleceu os processos psicopedagógicos e o uso de testes psicométricos para a classificação dos espaços para a educação e a sociabilidade de crianças e adolescentes excepcionais). Os professores paraenses que foram fazer a formação na Fazenda do Rosário foram formados com base na abordagem teórico-metodológica de Helena Antipoff, tornando-se divulgadores das concepções dessa intelectual no estado do Pará.

A formação de professores fora do estado contou com a parceria estabelecida entre o poder público estadual e o federal. As professoras eram contempladas com as bolsas de estudo devido ao reconhecimento dos trabalhos realizados com as crianças do ensino primário.

Nesse cenário educativo, figura a professora Blandina Alves Torres que, durante a realização do Curso Normal no Instituto de Educação do Pará, recebeu vários prêmios pelo seu desempenho, considerado pelos professores e administradores dessa instituição como de excelência. Tão logo concluiu o curso normal, foi nomeada para reger turmas nos grupos escolares Justo Chermont e Paulino de Brito, com crianças do ensino primário. Pouco tempo depois, foi convidada pelo secretário de educação, Cavalcante Filho, para trabalhar no Serviço de Orientação Educacional, cargo de prestígio à época, por orientar os professores do ensino primário na aplicação da pedagogia moderna, na organização do calendário escolar e na aplicação de testes para a promoção dos alunos. Sua atuação nesse órgão lhe possibilitou a aquisição de uma bolsa de estudo, em 1953, para realizar, na Sociedade Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro, um curso de seis meses voltado à educação e à instrução de crianças excepcionais. Ela foi a primeira professora do Pará a realizar esse curso.

Foi publicada no jornal *Folha do Norte*, em 3 de janeiro de 1954, uma entrevista realizada com a referida professora, intitulada “Centro útil de formação a Soc. Pestalozzi do Brasil: Como se trabalha nos seus cursos – Não temos aqui ambiente técnico-psicológico – Fala à FOLHA uma bolsista, professora paraense, do I.N.E.P”. Houve destaque no título para a Sociedade Pestalozzi do Brasil como centro de formação de professores para trabalharem com crianças excepcionais e a necessidade de divulgar os cursos ofertados por essa instituição no estado do Pará; foi uma chamada de atenção para que seus administradores priorizassem essa causa. Blandina Alves Torres, defensora da educação de crianças excepcionais, ressaltou que nessa região do País ainda não se dispunha de pessoal técnico-pedagógico para sua implantação.

A bolsista agradeceu o jornal pelo convite para falar sobre o que aprendeu nos cursos que frequentou na Sociedade Pestalozzi do Brasil. O primeiro curso, denominado de Recreação Infantil, com fundamentos na psicologia da criança, tinha por objetivo o desenvolvimento dos sentidos. Para ela, a organização, nas escolas, de museus, a utilização do desenho, recreação e brincadeiras eram necessárias e indispensáveis para a aprendizagem das crianças. Nesse curso, teve acesso ao teatrinho infantil com o emprego de marionetes e fantoches que eram de indiscutível utilidade em uma escola. Elementos da psicoterapia e psiquiatria faziam parte do curso (*Folha do Norte*, 1954).

A Sociedade Pestalozzi do Brasil, para Blandina Alves Torres, era completa para “corrigir distúrbios mentais, sociológico educacionais e técnicos”, visto que se tratava de um ambiente sem pompa, marcado por criatividade em que alunos e professores produziam seus próprios materiais. Todos trabalhavam de manhã e de tarde e incentivavam os bolsistas a fazerem o

² Documentos oficiais em formato de relatório anual de prestação de contas dos feitos do governo no ano anterior à Assembleia Legislativa do Pará nos diferentes segmentos, como saúde, educação, trabalho e infraestrutura.

mesmo (*Folha do Norte*, 1954, p. 6). Considerava o curso interessante, mas que poderia ser realizado em menos tempo.

O segundo curso, "Orientação Psicopedagógica", destinava-se ao atendimento de crianças e adolescentes "anormais", chamados de excepcionais. Durante o curso, teve contato com escolas que atendiam alunos excepcionais para conhecer os métodos de ensino utilizados, com base na psicologia intuitiva. Pergunta o jornalista: "Diante disso, professora, o que dizer da instrução primária daqui e de outros centros brasileiros?" (*Folha do Norte*, 1954, p. 20).

Blandina respondeu que, na época, não se tinha no estado do Pará ambientes técnico-pedagógicos nem equipe preparada para atender crianças e adolescentes com deficiência nas escolas. Entretanto, havia um investimento na formação de pessoas para atuarem com turmas especiais (*Folha do Norte*, 1954).

A educadora não tratou da base teórica e metodológica dos cursos a que teve acesso na Sociedade Pestalozzi do Brasil, mas a forma como os apresenta nos permite perceber a influência de Helena Antipoff, referência na instrução e educação de crianças e adolescentes excepcionais no País, pois a base do ensino era o trabalho manual: "Para os maiores, o artesanato é que é a oficina. Até os retardados por força da comunidade produzem. De mistura dessa motivação do estágio recebíamos" (*Folha do Norte*, 1954, p. 6).

A coletânea das obras escritas por Helena Antipoff, organizada pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, publicada em Belo Horizonte pela Imprensa Oficial, em 1992, reúne quatro volumes dos escritos dessa educadora. No volume dois, encontramos produções que possibilitam ampliar a compreensão dos cursos frequentados por Blandina Alves Torres como o museu, recreação infantil e orientação psicopedagógica.

Helena Antipoff (1992), discorrendo sobre a importância da criação de um museu na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, destacou que há pessoas que consideravam a psicologia um luxo e que o conhecimento da alma da criança deve ser puramente intuitivo, mas, que ninguém podia negar a necessidade de se conhecer a sua psique. Ao museu cabe estudar "a natureza da criança em seus vários aspectos da vida mental: inteligência, linguagem, atenção e memória, trabalho mental, interesses, senso moral e social" (Antipoff, 1992, p. 11). Coleções de desenhos infantis, brinquedos, livros de leitura para a criança devem se fazer presentes no museu. Essa instituição se configura como lugar de pesquisa sobre a criança e de formação de professoras/alunas da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte.

Para Helena Antipoff, a recreação infantil era de fundamental importância para o desenvolvimento físico, mental, intelectual, moral e social. As crianças que não tinham acesso a brinquedos podiam apresentar dificuldades no seu desenvolvimento, o que era considerado tão grave quanto a falta de uma alimentação adequada para suprir as suas necessidades.

As crianças asiladas, ou seja, que viviam internadas em instituições de beneficência, eram as que mais sofriam com a falta de jogos; mesmo contando com alimentação, roupa, moradia e proteção, a maioria delas vivia tristemente a infância. As abandonadas encontravam com seus companheiros da rua brinquedos que as ajudavam a exercitar seus músculos, aguçar os sentidos e se divertir mesmo diante de privações materiais e do perigo a que eram submetidas na sociedade. Jogos infantis como histórias, canções, trabalhos manuais, desenho, pintura, teatro de bonecos, entre outros podiam ser introduzidos pelo educador nos internatos. Essas atividades recreativas eram ofertadas nos cursos de recreação da Sociedade Pestalozzi do Brasil aos educadores do meio ambiente familiar, escolar e da assistência especial. Essas crianças "precisam ter educadores para introduzir essa variedade de ocupações e jogos interessantes. Uma vez aprendidos, as crianças encarregam-se de disseminá-los entre os companheiros" (Antipoff, 1992, p. 214).

No 6º Curso de Orientação Psicopedagógica da Sociedade Pestalozzi do Brasil, em 1952, Helena Antipoff, na carta dirigida às alunas, destacou o papel que as orientadoras desempenham na sociedade como educadoras. A criança, na família e na escola, não recebia uma educação que lhe possibilitasse desenvolver-se integralmente. Isso se devia à falta de conhecimento das pessoas sobre a infância. Para a autora, "enquanto todo o pessoal não receber a necessária formação de educadores, cabe aos orientadores o delicado papel de amigo da criança, de sua protetora, de vigia permanente de seus interesses e de advogada devota à causa da infância" (Antipoff, 1992, p. 321). As orientadoras deveriam ter, portanto, uma sólida formação para aconselharem os educadores das crianças. Os cursos psicopedagógicos ofertados pela Sociedade Pestalozzi do Brasil eram percebidos como valiosos conselheiros nesse processo.

As orientadoras, em suas cidades de origem, podiam desenvolver várias atividades, como publicar artigos em revistas, dar entrevistas em jornais e rádios, proferir palestras sobre a criança e sua educação. Cabia a elas realizarem nas escolas reuniões com educadores e pais sobre alunos mais ou menos dotados; congregar médicos, advogados, juizes, educadores, pais e demais pessoas interessadas pela educação de crianças excepcionais, fomentando a criação de núcleos pestalozzianos estaduais e municipais, semelhantes aos que já existiam em outros estados brasileiros.

Blandina Alves Torres, inspirada nas atividades desenvolvidas nos cursos da Sociedade Pestalozzi do Brasil, chegando à sua terra natal, buscou colocar em prática o que aprendeu na instituição, orientando professoras com o trabalho com crianças excepcionais e participando de reuniões com profissionais de várias áreas do conhecimento, interessados pela educação dessas crianças.

Blandina Alves Torres na Fundação Pestalozzi do Pará

Na entrevista ao jornal *Folha do Norte*, Blandina pontuou ausência de uma proposta educativa voltada para os excepcionais em Belém, bem como evidenciou ser exequível a constituição de um serviço aos moldes da Sociedade Pestalozzi do Brasil em Belém do Pará para atender crianças e adolescentes. Tal entrevista repercutiu positivamente na sociedade paraense e chamou atenção de mães de crianças excepcionais, da Sociedade Paraense de Educação (SPE), do Dr. Edward Catete Pinheiro, Secretário de Estado de Saúde Pública, e de profissionais das áreas da saúde e educação interessados na causa dos excepcionais.

Segundo Cruz (1988, p. 17), a professora Blandina mantinha contato com pessoas interessadas na educação dos excepcionais, como “Dr. Dorvalino Frazão Braga, Dr. José Maria Alves da Cunha e Sr. João Queiroz de Souza para iniciarem um trabalho sistematizado em prol do excepcional”. Somado à presidente Hilda Vieira e à diretora financeira da SPE Margarida Schiwassappa, formou-se um grupo³ que se reuniu sistematicamente para discutir, projetar e dar encaminhamentos práticos para a criação de uma instituição voltada ao atendimento e à educação de excepcionais.

Esse grupo fundou o Curso Pestalozzi do Pará, instalado oficialmente no dia 3 de fevereiro de 1956 no salão nobre da SPE, tendo a mesma como entidade mantenedora. Tão logo as atividades do Curso Pestalozzi iniciaram, a professora Blandina Alves atuou como membro da equipe técnica, assumindo a função de coordenadora pedagógica e desenvolvendo atividades relacionadas às classes especiais e às oficinas pedagógicas.

As classes especiais funcionavam em escolas comuns e recebiam as crianças excepcionais, consideradas “educáveis” de acordo com as métricas da psicopedagogia, que levava em consideração o Quociente de Inteligência (Q.I.). Nesse caso, os “educáveis” apresentavam Q.I. de 50 a 75 e inteligência mental de 6 a 10 anos. Enquanto as oficinas pedagógicas recebiam as crianças “treináveis” com Q.I. de 25 a 50 e inteligência mental de 3 a 6 anos.

Blandina Alves Torres, como coordenadora pedagógica do Curso Pestalozzi, preocupava-se com a formação técnica e docente das pessoas que trabalhariam com a educação dos excepcionais, buscando formá-las aos moldes da que recebeu na Sociedade Pestalozzi do Brasil. Essa preocupação resultou na oferta do Curso Orientação Psicopedagógica, em janeiro de 1956, na SPE. O orador oficial, professor Pereira de Castro, destacou na inauguração desse curso que foram contratadas no “Rio de Janeiro duas técnicas da Sociedade Pestalozzi do Brasil, iniciativa sugerida pela professora Blandina Alves Torres, coordenadora pedagógica da instituição” (Cruz, 1988, p. 19).

O curso de Orientação Psicopedagógica teve como objetivo formar professores que iriam trabalhar na recém-criada instituição, sensibilizar a sociedade paraense sobre o cuidado e a educação de crianças e adolescentes excepcionais, tendo sido divulgado no dia 29 de janeiro de 1956, no jornal *Folha do Norte*:

Esse curso é de caráter intensivo e destinado ao preparo do magistério regional para o fito de dar assistência psico-pedagógica as crianças excepcionais, portadoras de distúrbios motores e mentais, deficiências físicas ou psíquicas. Através de atividades, jogos e de uma série de exercícios, as crianças depois de classificadas cuidadosamente por testes de observação e de inquérito rigoroso, submetem-se, de maneira suave, a uma reeducação. Recuperadas total ou parcialmente, essas criaturas conquistam um lugar na sociedade em que vivem, tornando-se úteis a si mesmas e a coletividade. [...]. A Sociedade Paraense de Educação está, pois, de parabéns. A iniciativa louvável do Curso de Orientação psico-pedagógica com que brindou o magistério representa uma dádiva riquíssima no alvorecer do ano novo (*Folha do Norte*, 1956, p. 6).

A notícia veiculada nesse jornal foi marcada por entusiasmo em relação ao referido curso, considerando-o uma estratégia para o desenvolvimento da educação de pessoas excepcionais e para o desenvolvimento da Amazônia paraense, uma vez que pessoas antes adjetivadas como inúteis e invisibilizadas poderiam ter acesso à educação e contribuir com a sociedade, por isso o curso foi considerado pela imprensa local como “uma estratégia inovadora” (Nascimento, 2018, p. 147).

³ O grupo era formado pela professora Blandina Alves Torres, coordenadora pedagógica; Palmira Pureza dos Santos, mãe de alunos; Dr. Hilda Vieira, presidente da SPE; professora Margarida Schiwassappa, diretora financeira da SPE; João Queiroz de Souza, enfermeiro; José Maria Bittencourt Alves da Cunha, advogado; e Dr. Dorvalino Frazão Braga, médico psiquiatra.

Após a realização do curso de orientação psicopedagógica e início das atividades do Curso Pestalozzi do Pará, problemas de adaptação das professoras começaram a aparecer, resultando em desistências espontâneas, exigindo de Blandina Alves articulação política, uma vez que era coordenadora pedagógica do Pestalozzi e ainda exercia o cargo de orientadora de ensino do estado. Sendo assim, realizou-se a parceria com o estado que, na pessoa do governador general Magalhães Barata, garantiu a nomeação e a transferência para a instituição (sem ônus) de professores que tinham feito o curso, garantindo, assim, a ampliação do quadro de educadores do Curso Pestalozzi do Pará.

Com o crescimento do Curso Pestalozzi do Pará e a falta de recursos financeiros da SPE, buscou-se ajuda de financiamentos externos junto à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), órgão federal que financiou projetos e ações que visavam desenvolver a Amazônia, por meio de uma "política que compreenda a regeneração física e social das populações da região pela alimentação, a assistência à saúde, o saneamento, a educação e o ensino" (Brasil, 1955, p. 20).

Com os recursos recebidos, o Curso Pestalozzi do Pará transformou-se em Fundação Pestalozzi do Pará (FPP). Pela Lei nº 1726, de 19 de agosto de 1959, o governador do Estado, Moura Carvalho, fez a doação de um terreno de propriedade estadual à Fundação Pestalozzi do Pará, situado na Avenida Almirante Barroso nº 3814, onde funcionava uma antiga escola de sericultura. Com a mudança de Curso para Fundação, a instituição desligou-se da SPE.

Na FPP, Blandina Alves foi membro da Assembleia Geral, órgão de deliberação, desde a primeira reunião, realizada no dia 6 de março de 1961 até dia 26 de fevereiro de 1973 (Cruz, 1988). Também participou de reuniões do Conselho Diretor, quando convocada, como ilustram as atas do Conselho Diretor de 1º de março de 1962, 19 de outubro de 1962, 17 de dezembro de 1962, 08 de janeiro de 1964, 16 de fevereiro de 1965, 07 de fevereiro de 1968, 08 de fevereiro de 1968, 12 de fevereiro de 1968, 11 de fevereiro de 1969, 08 de março de 1969, 23 de março de 1973 e 26 de março de 1973. O Curso Pestalozzi passou na nova estrutura organizacional a ser denominado Escola Lourenço Filho em 1960, sendo mantido pela Fundação Pestalozzi (Cruz, 1988).

A professora Blandina Alves Torres Queiroz de Souza, que exercia no Curso Pestalozzi a função de coordenadora pedagógica, passou a assumir na Fundação Pestalozzi do Pará os cargos de orientadora pedagógica da instituição e diretora da Escola Lourenço Filho em 1968, como registrado na ata de reunião do conselho diretor do dia 07 de fevereiro de 1968. Em 1972, assumiu a função de diretora técnica da Escola Lourenço Filho, quando houve uma separação dos serviços entre técnicos e administrativos – como descrito na ata de reunião do conselho diretor de 06 de janeiro de 1972 (Cruz, 1988).

Como diretora técnica da Escola Lourenço Filho, cabia a ela analisar o perfil dos alunos e famílias da FPP, acompanhar o desenvolvimento das atividades escolares, representar a instituição em eventos locais e nacionais, dando visibilidade à educação dos excepcionais.

Para se ter o perfil dos alunos e famílias da FPP, Blandina realizava levantamento socioeconômico para verificar quais famílias não tinham condições financeiras para pagar as mensalidades da escola, uma vez que a instituição era privada, mas tinha 50% de suas ações voltadas para a população de baixa renda.

Entre os anos de 1962 a 1967, houve um aumento da procura por atendimento educacional na instituição, de forma que "o número de alunos que era 67 passou para 140 com modificações da estratégia de funcionamento e aproveitamento de espaços ociosos e no próximo ano (1969) estava previsto um número de aproximadamente 200 alunos", como consta na ata do conselho diretor de 20 de novembro de 1968 (Cruz, 1988, p. 62). Essa demanda levou Blandina a pensar em ordenar e ampliar os espaços da escola para atender crianças e adolescentes excepcionais, considerando que não havia nenhuma instituição dessa natureza em Belém.

A preocupação de Blandina com a ampliação do espaço da escola foi objeto de análise na Assembleia Geral do dia 20 de novembro de 1968, que tratou da ampliação do pavilhão de atendimentos e a construção de um pavilhão de oficinas para atender às demandas assistenciais e pedagógicas da instituição.

Na reunião do Conselho Diretor do dia 1º de março de 1962, que teve como uma das pautas os salários dos professores, Blandina destacou a necessidade de se valorizar o trabalho dos professores com crianças e adolescentes excepcionais com vistas a garantir a permanência deles na instituição, devendo, para tanto, melhorar o salário pago aos professores da FPP.

Blandina e o professor João Queiroz de Souza, seu esposo, representaram a instituição em encontros nacionais, destacando-se o Mutirão na Fazenda do Rosário, no estado de Minas Gerais, e a I Reunião Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), no estado de São Paulo, realizados no ano de 1962. Nesses encontros, eram socializadas as experiências de trabalhos com crianças e adolescentes na FPP, bem como parceria entre as instituições para realização de estágios de professores da FPP na Fazenda do Rosário, o que foi registrado na ata da reunião do Conselho Diretor da FPP, do dia 19 de outubro de 1962.

Foi mostrada a necessidade de congregar as pessoas da comunidade em uma Associação de Pais e Amigos de Excepcionais que pudessem somar esforços em relação ao trabalho destinado ao Excepcional Deficiente Mental. Sobre o Mutirão na Fazenda do Rosário, foi mostrada a significação do evento como crescimento científico, exaltando-se o valor do trabalho realizado por Helena Antipoff e sua equipe na Fazenda do Rosário, Ibirité (MG), professor Lauro de Oliveira Cunha (foi indicado) para estagiar naquela instituição. Imediatamente foram secundados pelo Dr. Saint-Clair que reconheceu o pedido que fosse consignado em ata um voto de louvor aos técnicos João Queiroz de Souza e Profa. Blandina Alves Tôres de Queiroz de Souza que representaram a Fundação Pestalozzi do Pará nos dois conclaves nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, demonstrando sua satisfação pelo êxito que alcançaram. As palavras do Dr. Saint-Clair Martins foram endossadas pela Dra. Hilda Vieira (Cruz, 1988, p. 48-49).

Ressalta-se a importância da professora Blandina na representação institucional em eventos nacionais, dando visibilidade e socializando os avanços e demandas da educação excepcional no Norte do país, articulando-se com as diferentes instituições e profissionais no Brasil, atualizando conhecimentos, construindo pontes e fortalecendo as perspectivas de trabalho pedagógico e técnico. Sobre a experiência na Fazenda do Rosário, destaca-se a influência do trabalho de Helena Antipoff na formação dos professores da FPP, uma vez que houve a percepção da integração entre as pessoas excepcionais e as que não tinham nenhuma excepcionalidade, valorizando-se o contexto natural com atividades rurais, fatores amplamente difundidos e estruturados na FPP com a promoção da horticultura e jardinagem.

Quando eu fui à Fazenda do Rosário (em 1962) eu fiquei muito empolgada com a formação dos professores, era aquele tipo de formação normal, rural, mas podia inserir o contexto da educação especial para que as pessoas pudessem trabalhar ali na realidade da pessoa normal e excepcional. Essa visão social de Helena Antipoff passou para o Pestalozzi (Torres, 2015 *apud* Nascimento, 2018, p. 12).

As experiências adquiridas por Blandina nesses eventos nacionais a levaram a defender a necessidade da organização de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE),⁴ para ampliar a assistência e a educação aos excepcionais, uma vez que até o ano de 1962 só havia a FPP para atender essas crianças e adolescentes no Pará. A APAE paraense foi criada em 1962, sendo o Dr. Saint-Clair Martins (membro do grupo diretor da FPP) um dos entusiastas e mobilizadores da criação.

Blandina participou da aprovação do estatuto da FPP, o que foi registrado na ata da Assembleia Geral do dia 17 de agosto de 1959, e do regimento Interno da Escola Lourenço Filho, o qual consta nas atas do Conselho Diretor dos dias 7, 8 e 12 de fevereiro de 1968 (Cruz, 1988). A docente contribuiu também para a aprovação de documentos que traçavam as diretrizes institucionais (filosóficas, administrativas e pedagógicas) das instituições que atuavam com crianças e adolescentes excepcionais. Atuou como mediadora para que os professores da Escola Lourenço Filho participassem da Assembleia Geral da FPP, como relatado nas atas da Assembleia Geral dos dias 12 de março de 1962 e 26 de junho de 1964 (Cruz, 1988).

Blandina promovia eventos para dar visibilidade à educação de crianças e adolescentes excepcionais. Para tanto, organizava atividades recreativas com alunos dentro e fora da Escola. O desfile cívico de 7 de Setembro era o momento em que a FPP, por meio da Escola Lourenço Filho, se unia às demais escolas públicas e privadas do município de Belém para celebrar a pátria. As cerimônias cívicas eram mobilizadas pelo governo, via Secretaria de Educação do Pará (SEDUC/PA), para uma demonstração pública de civilidade, exaltando a pátria e os heróis nacionais. “A prática das festas cívicas tinha como objetivo, nesse sentido, representar e celebrar a identidade e soberania de um país independente, fomentar o ‘sentimento republicano’ do povo [...]” (Rita Gallego; Renata Cândido, 2006, p. 4269).

O desfile cívico era um momento em que as crianças e adolescentes excepcionais desfilavam, cantavam os hinos, utilizavam instrumentos musicais, apresentavam-se uniformizados, demonstrando que tinham habilidades como os demais alunos de outras instituições, o que, para Blandina, era uma oportunidade de demonstrar que os alunos da Escola Lourenço Filho pertenciam à sociedade e precisavam ser conhecidos por ela. Para isso, ela mobilizava os pais dos alunos excepcionais para acompanharem seus filhos no desfile, os professores e funcionários da escola, bem como providenciava transporte para que participassem do evento e demarcassem o lugar da pessoa excepcional na sociedade paraense.

⁴ Por volta de 1950, os pais de crianças com desenvolvimento mental retardado começaram a se organizar. Até então tais crianças, principalmente as “retardadas mentais treináveis”, eram excluídas da escola, em virtude da existência de leis e regulamentos obstaculizadores. Com o objetivo principal de proporcionar o atendimento a crianças e jovens nas escolas públicas primárias, os pais se organizaram na National Association for Retarded Children (NARC), que exerceu grande influência em vários países, tendo sido a inspiradora da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil (Marcos José Mazzotta, 2011; Nascimento, 2018) (MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011).

Blandina também organizava várias atividades recreativas na semana do excepcional. Essa data foi instituída pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em 28 de agosto de 1964, pelo Decreto Federal n. 54.188, o qual “instituiu a Semana Nacional da Criança Excepcional a ser comemorada anualmente, segundo a determinação legal, de 21 a 28 de agosto, em todo o território nacional” (Maria Siems-Marcondes, 2016, p. 968). A ata da reunião do Conselho Diretor do dia 08 de junho de 1972 aborda a realização da 1ª Olimpíada Estadual na Semana do Excepcional em 1972, na qual os vencedores seriam os representantes da instituição na 1ª Olimpíada Nacional em Porto Alegre (Cruz, 1988).

Segundo Dominique Julia (2001), as festas e as celebrações têm repercussão para além do âmbito escolar, pois penetram, moldam e modificam a cultura da sociedade global. Sendo assim, analisa-se que a Semana do Excepcional foi um signo temporal que contribuiu eficazmente para a construção de nova rede de significados acerca da educação de crianças e adolescentes excepcionais.

Nessa semana, Blandina defendeu a causa dos excepcionais em vários espaços, como universidades, faculdades, como relata a seguir: “A gente ia nas universidades, faculdades... nós íamos falar o que era o excepcional, o que era o deficiente mental, eu explicava tudinho” (Torres, 2015 *apud* Nascimento, 2018, p. 271-272). Aproveitava as mídias locais, como rádio e televisão, para falar sobre o assunto: “a gente ia na rádio, na televisão para chamar as pessoas. Nós buscávamos chamar atenção de quem já estava debatendo a questão e daqueles que não a conheciam [...]” (Torres, 2015 *apud* Nascimento, 2018, p. 271-272). Nessas ações, percebe-se uma Blandina engajada na divulgação de uma educação que buscava integrar crianças e adolescentes excepcionais na sociedade, a partir da visibilidade ao tema.

Considerações finais

A professora normalista, psicóloga e pedagoga Blandina Alves Torres, natural da Vila de Cafezal, localizada no município de Magalhães Barata, teve que deixar sua terra natal com sua família para residir em Belém do Pará em busca de melhores condições de vida. Pouco tempo depois de chegar, ficou órfã de pai, tendo sua família enfrentado dificuldades para nela permanecer.

Em Belém, Blandina realizou os cursos primário, normal e superior em instituições públicas. Como aluna do Instituto de Educação do Pará, recebeu vários prêmios por ter se destacado nos estudos. Isso lhe possibilitou ser contratada como professora da pré-escola, do ensino primário e orientadora educacional na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Pará. O trabalho desenvolvido nessa secretaria possibilitou a Blandina ser contemplada com uma bolsa de estudos pelo Instituto Nacional de Ensino Pedagógico para realizar no Rio de Janeiro, na Sociedade Pestalozzi, um curso voltado para a educação de crianças excepcionais.

A professora ressalta, em sua entrevista, que, naquela época, ninguém tinha conhecimento sobre a educação dessas crianças, inclusive ela. A realização do curso lhe possibilitou conhecer o potencial delas para aprender e como trabalhar com elas, tirando-as do isolamento em que viviam na sociedade.

Ao retornar a Belém, Blandina buscou difundir o que aprendeu sobre a educação de crianças excepcionais na Sociedade Pestalozzi do Brasil. Utilizou-se da imprensa local para chamar atenção dos poderes públicos, professores, diretores e pais para a educação dessas crianças. Promoveu reuniões de trabalho para organização de cursos para a formação de professores, para que pudessem atuar com os excepcionais. Participou da criação e implementação da Fundação Pestalozzi do Pará, assumindo várias funções administrativas e pedagógicas.

Blandina, militante da educação de crianças excepcionais, tornou-se, no estado do Pará, referência nessa área. Foi uma polímata, pois superou ideias e conceitos já estabelecidos, inovando e projetando um público invisibilizado à participação comunitária, integrando-o socialmente, e, consequentemente, ampliando os espaços de sociabilidade e de aprendizagem. Nesse sentido, contrapôs-se à ideia hegemônica da segregação social de crianças excepcionais, garantindo-lhes um lugar para serem e pertencerem, inclusive na vida educacional.

Dessa forma, este estudo analisou a atuação da educadora Blandina Alves Torres com crianças e adolescentes excepcionais, no estado do Pará, nos anos de 1950 a 1970, sobretudo, na Fundação Pestalozzi do Pará (FPP), onde exerceu funções de gestão, trabalhou na formação e no acompanhamento dos professores, bem como atuou na representação da instituição. Vê-se que a história de Blandina é repleta de nuances e feitos que, por sua densidade, não poderiam ser descritos na sua totalidade neste artigo.

Dada a sua vasta atuação no campo da educação, prevê-se a produção de outros materiais que venham aprofundar a análise do legado da polímata Blandina, descortinando aos leitores a vida e obra dessa mulher amazônica que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da educação inclusiva no estado do Pará.

Referências

- A PROVÍNCIA DO PARÁ. "Em Belém um Professor do Instituto de Cegos". *A Província do Pará*, Belém-Pará: Órgão dos Diários Associados, Oficina própria, p. 3 e 8, junho 1955.
- ANTIPOFF, Helena. *Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff: Fundamentos da educação*. Org. Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff – CDPHA. V. II, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992.
- BARBOSA, Esther Augusta Nunes; BORGES, Adriana Araújo Pereira. "A Revista Infância Excepcional (1933-1979): mudanças e permanências no discurso sobre a Educação Especial". *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, Paraná, v. 25, p. 1-27, 2025. DOI: 10.4025/rbhe.v25.2025.e352. Acesso em 29/05/2025.
- BENTES, José Anchieta de Oliveira; HAYASHI, Maria Cristina P. Inocentini. *Normalidade e disnormalidade: formas do trabalho docente na educação de surdos*. Campina Grande: Editora da UEPB, 2012.
- BENTES, José Anchieta de Oliveira; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. "Atendimento especializado de crianças cegas e surdas em Belém do Pará: as escolas José Alvares de Azevedo e Astério de Campos". *Revista Cocar*, Belém, Pará, Edição Especial, n. 1, p. 175-208, 2015.
- BRASIL. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). *Primeiro plano quinquenal*. v. 1. Rio de Janeiro: Presidência da República, setor de coordenação e divulgação, 1955.
- BURKE, Peter. *O polímata: Uma história cultural de Leonardo da Vinci a Susan Sontag*. São Paulo: Editora da Unesp, 2020.
- CRUZ, Miguel Evangelista Miranda da. *Fundação Pestalozzi do Pará: a Educação especial no processo de integração social*. Belém: Cejup, 1988.
- FARIAS, Roseane Rabelo Souza. *Itinerário da institucionalização da Educação Especial no Estado do Pará: perspectiva a partir da história social*. 2019. Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.
- GALLEGO, Rita de Cássia; CÂNDIDO, Renata Marcílio. "A integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas – uma discussão sobre seus sentidos (1890-1930)". In: VI CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Minas Gerais, Brasil. *Anais...* Minas Gerais, 2006. p. 4264-4273.
- FOLHA DO NORTE. "Centro útil de formação a Soc. Pestalozzi do Brasil: Como se trabalha nos seus cursos – Não temos aqui ambiente técnico-psicológico – Fala à FOLHA uma bolsista, professora paraense, do I.N.E.P.". *Folha do Norte*, Belém, Pará: Oficina própria, 2ª edição, seção 2, p. 6-20, janeiro 1954.
- FOLHA DO NORTE. "Curso de Orientação Psicopedagógico". *Folha do Norte*, Belém, Pará, Oficina própria, p. 6, janeiro 1956.
- JULIA, Dominique. "A cultura escolar como objeto histórico". *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-43, 2001.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- NASCIMENTO, Cibele Braga Ferreira. *História da Fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975): os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional*. 2018. Doutorado em Educação – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- NASCIMENTO, Cibele Braga Ferreira. "Ações terapêutico ocupacionais na cultura escolar da Fundação Pestalozzi do Pará nos anos de 1953-1975". *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (Revisbrato)*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 732-750, 2022. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/43104>. Acesso em 11/09/2024.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. "Mulheres Intelectuais: onde elas estão em nossa História?". In: ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri (Orgs.). *Intelectuais e Educação: contribuições teóricas à História da Educação*. Porto Alegre, RS: Fi, 2021. p. 43-60.

PARÁ. Interventoria Federal. "Decreto n. 1.163, de 8 de janeiro de 1934". Da nova organização ao ensino primário do Estado. In: DIÁRIO DO ESTADO. *Atos oficiais*. Belém, Pará, nº 192, p. 1-13, janeiro, 1934.

PARÁ. Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em sua reunião ordinária de 1954 pelo general de divisão Zacarias de Assunção, governador do Estado*. Belém: Pará: Imprensa Oficial, 1954.

PARÁ. Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em sua reunião ordinária de 1958 pelo general Joaquim Magalhães Barata, governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial, 1959.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a educação especial no Brasil*. 2011. 309f. Doutorado em Educação – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. "Educação especial no território federal de Roraima no contexto do regime militar (1964-1985)". *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 67, p. 963-987, out./dez. 2016.

TORRES, Blandina Alves. *Entrevista concedida à pesquisa memória de Mestre: Belém antiga em narrativas de professores de educação básica*. Coordenação Josebel Akel Fares. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Sociais e Educação. Universidade do Estado do Pará, 2009.

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (socorro.avelino@uepa.br; socorroavelino@hotmail.com) é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia.

Adriene Suellen Ferreira Pimenta (adriene.pimenta@escola.seduc.pa.gov.br; adrienepimenta@gmail.com) é doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professora da rede estadual de educação do Pará. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Infância na Amazônia (GEPHEIA).

Cibele Braga Ferreira Nascimento (cibelebraga@ufpa.br; cibeleferreira_to@hotmail.com) é Terapeuta Ocupacional. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará. Docente Permanente da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará. Membro do grupo de pesquisa Terapia Ocupacional e Ciência da ocupação.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de; PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira; NASCIMENTO, Cibele Braga Ferreira. "Blandina Alves Torres: precursora da educação inclusiva no estado do Pará". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e110999, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 24/02/2026

Aprovado em 02/03/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Celi Chaves Vasconcelos  0000-0002-3624-4854

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112
